

## Justiça federal terá mais varas no interior

A interiorização da Justiça federal e a implantação de juizados especiais são os principais objetivos de projeto que vai à sanção do presidente da República. Senado também aprova, em segundo turno, proposta de emenda constitucional que quebra o monopólio de radioisótopos detido pela União.

Página 7

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.820 - Brasília, quinta-feira, 6 de novembro de 2003

## Aprovada pela CCJ, reforma tributária vai para o Plenário



Célio Azevedo

**APOIO** Observado por Lobão (C) e Maranhão, Jucá (E) defende seu texto para a reforma tributária, acolhido quase na íntegra pelos senadores

■ Em reunião tensa, partidos opositoristas abandonam a reunião e tornam automática a rejeição dos destaques

A reforma tributária deu mais um passo ontem no Senado, com a rejeição de todos os destaques apresentados pelos partidos opositoristas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Terminada a análise na CCJ, a proposta segue agora para o Plenário, onde terá dois turnos de discussão e votação.

Página 3

## Mais senadores querem mudar a Previdência

No terceiro dos cinco dias de discussão em Plenário, a reforma da Previdência recebeu novas críticas, apresentadas por dez senadores, inclusive dois do PT e dois do PMDB, da base governista.

Páginas 4 e 5



Roosevelt Pinheiro

**DEBATE** Mudanças na Previdência foram tema da maioria dos discursos no Plenário

## PMDB apóia subteto único nos estados

A fim de não prejudicar os funcionários que integram as carreiras de Estado, o PMDB vai defender o estabelecimento de um subteto único para os estados. O anúncio foi feito por Renan Calheiros, ao final de reunião com a bancada do partido.

Página 6

# Agenda

## Quarta sessão de discussão da reforma da Previdência



O Plenário continua hoje, a partir das 14h30, a discussão da reforma previdenciária (PEC nº 67/03). Esta será a quarta sessão de discussão da proposta, em primeiro turno. Os parlamentares votam ainda projeto que cria procuradorias jurídicas do Tribunal de Contas da União, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (PEC nº 39/01). Às 10h, o presidente da Casa, José Sarney, reúne-se com a Mesa do Senado.

## CPI do Banestado tem reunião administrativa às 10h

Às 10h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado realiza reunião administrativa, para definir o calendário dos

trabalhos. A comissão, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), foi criada para investigar as denúncias de

envio irregular de dólares para os chamados paraísos fiscais entre 1996 e 2002, por meio de contas CC-5.

## Projeto Sivam será debatido em audiência pública

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) discute hoje, às 10h, o projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), com a presença do ministro da Defesa, José Viegas; do comandante da Aeronáutica, tenente-



brigadeiro Luís Carlos da Silva Bueno; do responsável pela Comissão para a Coordenação do Projeto Sivam, brigadeiro Ramon Borges Cardoso; e do presidente da Raytheon Brasil Sistemas de Integração, Gregory Vuksich.

## Orçamento examina auditoria em obra pública

Hoje, a partir das 10h, a Comissão Mista do Orçamento (CMO) reúne-se para o exame de avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias feitas pelo órgão em obras públicas. Serão votados ainda requerimentos dos parlamentares, além do projeto que abre o Orçamento Fiscal da União, a fim de designar crédito especial de R\$ 17 milhões à Justiça Federal (PLN nº 34/03).



## Zequinha Barbosa fala à CPI da Exploração Sexual

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual ouviu hoje, a partir das 10h, o depoimento do ex-campeão mundial de atletismo José Luiz Barbosa, mais conhecido como Zequinha. Ele e seu assessor são acusados de envolvimento na exploração sexual de menores em Campo Grande (MS).



## Sugestões da sociedade

A Comissão de Legislação Participativa (CLP) analisa hoje, às 10h, pareceres dos senadores sobre sugestões de organizações da sociedade civil. Entre os itens em exame está a sugestão da Associação dos Juízes Federais do Brasil, que trata do anteprojeto de lei sobre cooperação judiciária internacional em matéria penal.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**VISIBILIDADE** Em apresentação no seminário "15 anos da Constituição", Maciel (E) elogiou o sistema presidencialista

## Maciel defende mais harmonia entre Poderes

O sistema presidencialista dá maior visibilidade política e institucional ao país do que o parlamentarismo, disse ontem o senador Marco Maciel (PFL-PE), ao abordar o tema "Organização do Poder Executivo" no seminário "15 anos da Constituição Federal Brasileira", que está sendo realizado no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal. Ele defendeu também a necessidade de os três Poderes da União – Executivo, Legislativo e Judiciário – buscarem cada vez mais a harmonia, como forma de fortalecer a democracia brasileira.

O seminário teve início na última terça-feira e se encerra hoje, com a realização de três palestras, entre as quais a da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ela vai falar sobre o tema A Ordem Social – Família, Criança, Adolescente e Idoso. O seminário é uma iniciativa do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo (Unilegis) e está sendo transmitido para os estados por meio de videoconferência.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson

Jobim, ex-membro da Comissão de Redação e Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, também participou do seminário. Ele fez um relato histórico da evolução da Justiça brasileira desde o Império e concluiu dizendo que as instituições são criadas para atender às necessidades políticas. Como exemplo, informou que o STF foi instalado, no início da era republicana, para manter a unidade nacional.

### Conselhos de ética

O professor de Ciências Políticas e ex-membro do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte, David Fleisher, falou sobre A Organização dos Poderes. Ele defendeu o fortalecimento dos conselhos de ética do Senado e da Câmara, como forma de ampliar o poder de investigação e punição de abusos praticados por membros das duas Casas. Fleisher criticou o que classificou de alta rotatividade dos membros das comissões permanentes do Congresso. Para o professor, os mandatos deveriam ser superiores aos atuais, de dois anos, para que os parlamentares pudessem se aperfeiçoar nos temas dos órgãos técnicos.

## Senado faz convênio com tribunal do RS

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) firmam convênio com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, amanhã, em Porto Alegre. Participarão do evento o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS) e o 1º secretário, Romeu Tuma (PFL-SP), além dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Também estarão presentes o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e o diretor-executivo do ILB, Florian Coutinho Madruga.

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## REFORMAS

Comissão de Justiça manteve praticamente na íntegra o texto do relator para a proposta. A reunião foi abandonada por senadores oposicionistas, em protesto contra a rejeição de todos os destaques

## CCJ aprova parecer de Jucá à reforma tributária

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu ontem mais um passo rumo à aprovação da reforma tributária. Foi mantido, praticamente na íntegra, o texto do relator Romero Jucá (PMDB-RR) e derubados todos os destaques apresentados pela oposição.

O texto segue agora para os dois turnos de discussão e votação em Plenário. O relatório deve ser lido na próxima semana. Depois disso, será marcada a primeira das sessões de discussão. Antes da votação em primeiro turno, os senadores podem apresentar emendas alterando pontos da reforma. Se for emendado, o texto retorna à CCJ.

Foi tensa a reunião. Um dos destaques previa a votação em separado inclusive do substitutivo apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Como os senadores oposicio-



**BENEFÍCIOS** Romero Jucá, na mesa com Edison Lobão e José Maranhão, ressaltou os avanços em favor do FPM e Centro-Oeste

nistas deixaram a reunião, a rejeição dos destaques foi automática. A decisão de sair da reunião foi explicada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

– O debate é inócuo, o prato está feito, sendo empurrado goela abaixo.

O primeiro a anunciar que abandonaria a reunião foi o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). Ele tentou o exame isolado de seis pontos do substitutivo de Jereissati que tratavam, entre outros temas, do gatilho da Contribuição Provi-

sória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Mas o relator, Romero Jucá, esclareceu que o substitutivo tinha de ser votado integralmente.

Ao notar que Jereissati saía da sala, o líder do PSDB decidiu se retirar, acompanhado pelos demais oposicionistas. O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Aloizio Mercadante (PT-SP), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentaram a retirada.

### Avanços

Antes da votação dos destaques, Jucá registrou como avanço em seu parecer solução permitindo que 49% do ganho do não abatimento da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que corresponde a R\$ 3,8 bilhões, sejam

direcionados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Jucá ainda citou a alíquota mínima para máquinas e implementos agrícolas com objetivo de desonerar a produção e a criação de mecanismos para dar mais segurança em relação a incentivos à Região Centro-Oeste. Em resposta ao senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o relator disse que 8% do IPI será incrementado no FPM.

Após a exposição de Jucá, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que na legislatura passada sempre contestou as tentativas do Executivo de invadir as prerrogativas do Legislativo. E se retirou.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) também deixou a reunião. Já o senador Almeida Lima (PDT-SE) disse que não havia clima propício para deliberações.



**APOIO** Aloizio Mercadante (ao microfone) é autor de emenda aprovada que garante o incentivo à produção cultural

### Comissão de Justiça acolhe apenas três de 526 emendas

Das 526 emendas apresentadas à proposta de emenda à Constituição (PEC nº 74/03) que trata da reforma tributária, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou apenas três. Do total de emendas, 388 receberam pedido de destaque para votação em separado.

A primeira emenda aprovada foi do senador José Maranhão (PMDB-PB), para evitar que a cobrança do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) seja estendida a aviões e barcos. O pedido para votação em destaque da emenda foi apresentado pelo

próprio autor, por Ney Suassuna (PMDB-PB) e Luiz Otávio (PMDB-PA).

Aloizio Mercadante teve aprovada emenda que mantém a possibilidade de os programas ligados à cultura continuarem recebendo incentivos vinculados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A proposta partiu da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura.

Também foi aprovada emenda de Luiz Otávio e Sérgio Guerra (PSDB-PE) que inclui benefícios fiscais para setores agrícolas vinculados à produção de alimentos.

## MP da Cofins esvazia debate da proposta, afirmam oposicionistas

A medida provisória (MP) que trata do fim da cumulatividade da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) esvazia a reforma tributária, desrespeita o Congresso e tem de ser examinada em profundidade antes da votação da proposta de emenda constitucional. Essas opiniões foram manifestadas por senadores oposicionistas durante a discussão da reforma na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– A MP será discutida porque a Casa sente que é o esvaziamento da reforma tributária – salientou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

Para Jorge Bornhausen (PFL-SC), a MP desrespeita o Senado e o contribuinte.

Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que a MP iria “abalar a tramitação da reforma tributária”. Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que os senadores não teriam condições de examinar a reforma sem ter avaliado a MP.

Já o líder do PFL, José Agripino (RN), enfatizou que o partido não debateria a reforma tributária sem antes aprofundar a discussão da MP. César Bor-



**AVISO** Arthur Virgílio, ao lado de Tasso Jereissati e Antero Paes de Barros, disse que a medida será, sim, discutida pelo Senado

ges (PFL-BA) considerou a MP um desrespeito ao Congresso. Fernando Bezerra (PTB-RN) apontou a necessidade de discutí-la profundamente.

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), admitiu que a MP não ajudava a votação da reforma tributária.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu que a liderança do governo promovesse o diálogo para modificar a MP a fim de que o contribuinte não tenha prejuízo. José Jorge (PFL-PE) cobrou do governo números sobre a Cofins e Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou

que o governo estava esvaziando a reforma tributária.

O líder do governo, Aloizio Mercadante disse aceitar a proposta de que nenhuma MP fosse editada enquanto não se concluísse a reforma tributária, desde que esta fosse feita em tempo hábil, “porque não podemos deixar os estados sem a Cide e os municípios sem ampliar suas receitas”.

Efraim Morais (PFL-PB) propôs que o governo retirasse a MP e Paulo Octávio (PFL-DF) ressaltou que não havia clima para continuar a discussão da reforma tributária.

## REFORMAS

Líderes do PSDB e do PFL prometem obstruir votações a partir do dia 12 para forçar negociação. Quatro senadores da base do governo também exigem mudanças na proposta de emenda constitucional

## Previdência recebe novas críticas no Plenário

No terceiro dos cinco dias de discussão da reforma da Previdência no Plenário, a proposta voltou a receber críticas de dez senadores, inclusive de dois do PT e de dois do PMDB, partido aliado do governo no Congresso. Os petistas Paulo Paim (RS) e Heloísa Helena (AL) cobraram mudanças, enquanto os peemedebistas Sérgio Cabral (RJ) e Mão Santa (PI) usaram os adjetivos "covardia" e "ingenuidade" contra alguns

pontos da reforma.

Os líderes dos partidos de oposição – PFL e PSDB – anunciaram que mantêm acordo de procedimentos com o governo somente até terça-feira (11) e que, no dia seguinte, passarão a obstruir o andamento das reformas. A manifestação foi feita em Plenário pelo líder pefelista José Agripino (RN) e pelo tucano Arthur Virgílio (AM). Virgílio sustentou que a obstrução alcançará

inclusive os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento. O objetivo é tentar levar o governo a negociar mudanças nas reformas. A da Previdência volta a ser discutida hoje em Plenário. O último dia dessa fase será na terça-feira, quando termina o prazo para apresentação de emendas. Até agora, já foram propostas 201. Elas serão votadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a partir de quarta-feira.

## GARIBALDI ALVES



Fotos: Roosevelt Fimheiro

## PMDB espera transição e paridade

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que o PMDB "espera que o governo cumpra suas promessas de resolver os problemas pendentes na reforma da Previdência". Fazem parte das pendências, afirmou, a paridade de reajustes entre ativos e inativos e a implantação de uma fase de transição entre o atual e o futuro sistema de aposentadorias do serviço público.

– A falta de solução está trazendo insegurança no serviço público. Mas o PMDB aposta que as alternativas vão surgir neste Plenário. Eu tenho dito aos servidores que a reforma da Previdência não é ainda uma questão fechada – observou.

Garibaldi pediu ainda que os partidos de oposição – PFL e PSDB – tenham "a responsabilidade de não jogar o funcionalismo contra o governo" e lamentou o confronto governo-oposição na reforma tributária, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– É preciso construir um entendimento e fiquei preocupado com o que aconteceu hoje (quarta) na CCJ.

## PAULO PAIM

## Ninguém está seguro de que tem 49 votos

Paulo Paim (PT-RS) advertiu da tribuna que nem o governo e nem os opositores têm hoje segurança de que contam com 49 dos 81 votos para aprovar ou modificar a reforma da Previdência. Por isso, a seu ver, o governo deveria concordar com um entendimento, inclusive porque o tempo está se esgotando e "será difícil" aprovar ainda neste ano as reformas da Previdência e tributária.

– Ninguém aqui está seguro de que tem 49 votos. Por isso, a melhor saída é a negociação. O momento é de bom senso, e não de rolo compressor.

Paulo Paim afirmou ainda não ter o menor fundamento notícia publicada ontem pelo jornal *Correio Braziliense*, segundo a qual ele teria "jogado a toalha" no caso da reforma da Previdência.

– Eu nunca disse isso e não penso assim. Tenho minhas idéias sobre Previdência e votarei conforme minha consciência, assim como muitos outros senadores – declarou. Ele informou que o *Correio Braziliense* irá retificar a informação.



## JOSÉ AGRIPINO



## Emenda paralela nada garante para servidores

Para José Agripino (PFL-RN), a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 67/03) aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá ser modificada em Plenário, por meio de emendas. Na avaliação do senador, há parlamentares da base do governo propensos a votar regras que não prejudiquem aposentados e pensionistas – só precisam ser convencidos pela mobilização de entidades de servidores públicos.

Agripino disse que o governo está tentando atrair esses parlamentares com a PEC paralela, uma proposta que contemplaria mecanismos que amenizariam os efeitos da proposta do governo, mas que só se efetivariam em leis complementares. Agripino considera improvável que esses mecanismos se materializem. Assim, os servidores permaneceriam prejudicados pela cobrança de 11% de contribuição previdenciária e corte de 30% no valor das pensões que excedesse a R\$ 2,4 mil, além da extensão do tempo mínimo para a aposentadoria.

## SÉRGIO CABRAL

## Em defesa de aposentados e pensionistas

Sérgio Cabral (PMDB-RJ) considera inaceitável o corte de 30% sobre o valor das pensões que exceder R\$ 2,4 mil. Ele também voltou a criticar a contribuição de 11% a ser cobrada dos inativos.

– Não é isso que dará solvência ao Estado – alertou Sérgio Cabral.

O senador lembrou que os aposentados e pensionistas, como idosos, têm muitos compromissos com a compra de remédios e até com a ajuda aos netos, dada a queda de renda e o desemprego entre os mais jovens.

Sérgio Cabral apontou ainda mais dois absurdos decorrentes da eventual aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 67: a fixação do valor-limite para o corte das pensões fará parte da Constituição. Além disso, como o valor ficará vinculado ao Regime Geral da Previdência, poderá ser usado como parte dos argumentos contra os aumentos do salário mínimo, assim como já ocorre hoje com outros benefícios previdenciários.



## HELOÍSA HELENA



## "Minoria cínica repete cantilena mentirosa"

Heloísa Helena (PT-AL) apelou aos senadores para que preservem a altivez da Casa e não compartilhem com o que considera uma farsa, a reforma da Previdência Social.

– Não vamos trocar a dignidade do Senado, a altivez desta Casa, por uma listinha medíocre de nomeações para cargos públicos; não vamos compartilhar com uma minoria nacional decadente, cínica, egoísta, medíocre, que repete uma cantilena enfadonha e mentirosa, de que essa reforma da Previdência vai permitir investimentos em outros setores – disse a senadora.

Heloísa Helena relacionou as emendas que apresentou, que classifica como de inclusão social, "para evitar o massacre que se quer fazer contra os mais pobres, contra aposentados e pensionistas". A senadora quer garantir os direitos das donas-de-casa, dos chamados "filhos da pobreza", criar mecanismos de redução do tempo de serviço, de contribuição e de idade para cortadores de cana e bóias-frias.

## REFORMAS

Senadores da oposição criticam conteúdo da emenda que altera a Previdência, ressaltam que população mais pobre não será beneficiada e alertam para conseqüências políticas da aprovação da proposta

## ALVARO DIAS



### Executivo federal quer apenas arrecadar mais

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) prevê que haverá “uma enxurrada” de ações questionando a constitucionalidade da proposta de reforma da Previdência, principalmente devido à contribuição de pensionistas e inativos.

– Trata-se de abuso de poder flagrante. Não há preocupação com pobres, velhos, humildes e desvalidos, mas apenas com arrecadação – frisou.

Alvaro apresentou estudo da jurista Maria Sílvia di Pietro que, disse, comprova a inconstitucionalidade da cobrança. “Não existe Previdência Social para atender exigências pretéritas, passadas. Um pensionista não é um contribuinte, mas um beneficiário, protegido por contingência passada, que foi a morte do cônjuge. Cobrar contribuição dele é um contrassenso”, afirma a jurista no estudo citado pelo senador.

Lembrando que o governo tem usado como argumento as necessidades dos governadores, Alvaro Dias desabafou.

– Ora, que se danem os governadores. Que me perdoem os que são meus amigos e os que realmente estão em dificuldades. Mas eles entenderão que não é justo sacrificar a camada mais sofrida da população.

### Carga tributária vai aumentar, diz Alvaro Dias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o governo de “encenar” uma reforma tributária para simplesmente aumentar a carga tributária por meio de medidas provisórias, aprofundar a recessão, aumentar o desemprego e agravar o caos do sistema tributário.

– Há diferentes cálculos, como o da Confederação Nacional da Indústria, que estima aumento de R\$ 2 bilhões na carga tributária, ou da Federação das Associações Comerciais, que calcula aumento de R\$ 16 bilhões – disse o senador.

Para Alvaro Dias, o governo

## MÃO SANTA

### Pobres serão os mais prejudicados

O senador Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou que a reforma da Previdência, “ao promover o desmonte dos serviços públicos”, vai prejudicar a parcela mais pobre da população, que “é quem precisa desses serviços”, e pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que tenha humildade para reconhecer esse fato.

Mão Santa disse não acreditar que uma reforma que já recebeu 300 emendas possa ser boa. Ao fazer paralelo com os tratamentos de saúde, o senador, que é médico, afirmou que qualquer doença que necessita de 300 remédios é, na avaliação médica, incurável.

A falta de paridade entre os vencimentos dos servidores da ativa e dos aposentados e pensionistas foi outro ponto criticado.

O senador avaliou que, sem paridade, os vencimentos dos inativos vão diminuir com a inflação até que se verifique o que ocorreu no Piauí, quando era prefeito da cidade de Parnaíba. Na época, lembrou o senador, algumas aposentadorias eram menores do que o preço de uma cerveja.

– É esse o futuro que o PT quer dar aos aposentados? – indagou o senador.



## CÉSAR BORGES

### Forma de tramitação é deplorável

O senador César Borges (PFL-BA) criticou a forma como a base do governo vem conduzindo a tramitação da reforma da Previdência no Senado. Ele afirmou que, “se, quanto ao mérito, a proposta de emenda à Constituição da reforma da Previdência é condenável, a forma como ela está tramitando no Senado também é deplorável”.

– De forma antidemocrática, não se respeitou o trabalho de dezenas de senadores que apresentaram suas emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – disse.

Para César Borges, está ocorrendo, no caso da tramitação da reforma da Previdência, “o esmagamento da minoria por uma maioria burra”. Ele ressaltou que o senador Tião Viana (AC), como líder do PT, não deveria ter aceitado ser o relator da matéria e se “prestar a fazer um trabalho como esse”, recusando todas as emendas e apresentando proposta paralela (PEC nº 77/03).

– O PT deveria ter a dignidade, perante o povo e seus militantes, de explicar a nova política adotada agora no governo, que dá uma volta de 180 graus em relação ao que pregava no passado.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

## EFRAIM MORAIS

### Governo pagará alto preço pela vitória

O senador Efraim Morais (PFL-PB) acredita que o governo pagará um alto preço pela vitória obtida ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) à proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma tributária.

O parlamentar afirmou que, “recusando-se ao diálogo, o governo passou o rolo compressor sobre a oposição e os senadores da base do governo que desejam alterar a proposta”.

– A luta não terminou – advertiu Efraim, durante debate da PEC da reforma previdenciária realizado ontem em Plenário.

O senador citou os nomes de diversos parlamentares favoráveis a mudanças na PEC, entre eles Flávio Arns (PT-PR), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Ramez Tebet (PMDB-MS), Paulo Paim (PT-RS), Mão Santa (PMDB-PI), Heloísa Helena (PT-AL) e Papaléo Paes (PMDB-AP). Este último foi substituído por outro senador na reunião da CCJ, porque, segundo Efraim, votaria contra o governo.

Em aparte, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), classificou a estratégia do governo de “ingênua e estulta”.



## PAPALÉO PAES



### Berzoini ainda não respondeu a várias questões

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) informou ao Plenário que está encaminhando dois requerimentos ao ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, solicitando informações sobre o impacto financeiro e social das mudanças propostas na reforma da Previdência (PEC nº 67/03).

Papaléo argumentou que o ministro, nas audiências públicas de que participou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), deixou de responder questões levantadas por diversos senadores, observando, no entanto, que os dados em que foi baseada a proposta estavam à disposição dos parlamentares.

Entre as indagações dos senadores que ficaram sem resposta, Papaléo citou pergunta sobre a existência de estudo atuarial que embasasse os parâmetros utilizados na PEC; sobre o montante do déficit da Previdência; e sobre a arrecadação com a contribuição dos inativos.

Também ficou sem resposta, disse o senador, indagação sobre os estudos realizados para se chegar à alíquota de contribuição dos aposentados e para estabelecer o parâmetro para a redução das pensões.

Luiz Inácio Lula da Silva, com pouco mais de dez meses, está quebrando vários dogmas.

– O que estamos vendo é um grave comprometimento da lisura do processo legislativo, ao se aumentarem tributos por medida provisória e usar artifícios como a PEC paralela da

reforma da Previdência. Agora temos notícia de que virão medidas provisórias para regulamentar a Cide [Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico], o Fundo de Compensação de Exportações e o Fundo de Desenvolvimento Regional – afirmou o senador.

## REFORMAS Senadores do partido querem alterar proposta da Previdência para beneficiar carreiras de Estado

# PMDB defende subteto único para os estados

O PMDB vai defender o estabelecimento de um subteto único para os estados, para não prejudicar os funcionários que integram as carreiras de Estado. Isto seria resolvido no âmbito da primeira proposta de reforma previdenciária – a que já foi votada na Câmara. O anúncio foi feito ontem pelo líder do partido no Senado, Renan Calheiros (AL), após reunião da bancada, que contou com a participação do presidente do Senado, José Sarney. Outros seis dispositivos do sistema previdenciário, que também são relevantes para o PMDB, seriam tratados no corpo da chamada emenda paralela, que deve ser votada após a aprovação do texto principal da reforma.

Sobre a proposta de reforma

tributária, o líder afirmou que o partido concordou em votar os destaques ao texto de Jucá, na CCJ, mas vai defender a mesma posição de alguns governadores, especialmente os dos estados do Centro-Oeste, que exigem a criação de um fundo de desenvolvimento regional com recursos de monta, capazes de justificar o fim da guerra fiscal.

### Prejuízo

O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), que visitou os líderes das bancadas no Senado, disse que seu estado não aceita o fundo que está sendo proposto pelo governo na reforma tributária. Conforme observou, o volume de recursos desse fundo é insuficiente e vai prejudicar significativamente a Região Centro-

Oeste. O fundo ideal, acrescentou, deveria ser composto por cerca de R\$ 20 bilhões e não por apenas R\$ 2 bilhões, como propõe o governo.

– O fundo sugerido é esdrúxulo e não vai valer de nada. Se não for corrigido, é melhor deixar o sistema tributário do jeito que está – afirmou.

A reunião da bancada do PMDB, que durou cerca de uma hora, contou com a presença do relator da proposta de reforma tributária na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romero Jucá (PMDB-RR), que ouviu reivindicações dos integrantes de seu partido sobre a matéria. Os senadores peemedebistas irão realizar outra reunião, na semana que vem, para aprofundar o debate sobre o assunto.



**PRIORIDADES** Bancada do partido analisa propostas para as reformas da Previdência e tributária

## Cabral critica INSS por cortes em benefícios de idosos

“Uma desumanidade.” Essa foi a expressão utilizada pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) ao criticar, em Plenário, o Ministério da Previdência Social, que mandou suspender o pagamento de todas as aposentadorias e pensões pagas pelo INSS aos cidadãos que têm mais de 90 anos. Para ele, não tem sentido o INSS exigir

que quem tem mais de 90 anos enfrente as filas da Previdência para provar que está vivo.

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), informou que a suspensão ocorreu depois de quatro meses de investigações. No caso do Rio de Janeiro, disse, há suspeita de que 70% dos benefícios



**DEBATES** Audiência promovida pela CAS dá início às discussões com representantes dos trabalhadores sobre a reforma sindical

## Centrais debatem mudanças na organização sindical

O fortalecimento e o reconhecimento das centrais de trabalhadores foram a principal reivindicação dos sindicalistas que compareceram à audiência pública sobre a reforma sindical promovida ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir de requerimento do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE). A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou que a comissão pretende ouvir todos os segmentos envolvidos e que a antecedência da audiência se deu para que os senadores não sejam “surpreendidos com a reforma, sem debate intenso”.

Ainda não há previsão de quando a reforma sindical será enviada ao Congresso, informou Reginaldo Duarte, mas o governo, segundo o senador, deverá apresentá-la em forma de proposta de emenda à Constituição (PEC) e de projetos de lei. Durante o debate, os sindicalistas afirmaram que as divergências sobre o tema deverão fazer com que a reforma só seja votada no próximo ano, uma vez que pontos polêmicos como o fim da unicidade sindical e o fim da contribuição compulsória ainda geram grande discussão.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, afirmou que a estrutura sindical brasileira tem defeitos graves que, a seu ver, precisam ser cor-

rigidos. Mas esse modelo, na sua opinião, também obteve bons resultados. Entre eles, citou a eleição do sindicalista Lula para a Presidência da República. A Força Sindical propõe a criação de uma comissão de organização sindical, com a participação de representantes dos trabalhadores, dos sindicatos e do governo.

### Liberdade

O secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Carlos Alberto Grana, pediu garantia de liberdade para abertura de sindicatos e segurança para a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. A CUT defende a existência de apenas duas taxas para a sustentação financeira dos sindicatos: associação de forma livre e uma taxa paga no período de acordo coletivo salarial.

O presidente da Social Democracia Sindical, Enilson Simões de Moura, defendeu uma profunda mudança no sistema sindical no Brasil. “A maioria dos sindicatos não representa o trabalhador, vive de contribuição compulsória e, se desaparecesse, não faria falta”, avaliou.

O representante da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Lourenço Ferreira, defendeu o reconhecimento das centrais e solicitou que a reforma trabalhista seja feita antes da sindical, para que sejam corrigidas imperfeições na lei.



Roosevelt Pinheiro



**GALERIA** José Sarney ajuda a descerrar placa do Espaço Cultural Marcantonio Vilaça, no Tribunal de Contas da União

## Sarney participa de inauguração no TCU

O presidente da República em exercício, José Alencar, e o presidente do Senado, José Sarney, participaram ontem da inauguração do Espaço Cultural Marcantonio Vilaça, no Tribunal de Contas da União (TCU). Antes da inauguração, a Empresa de Correios e Telégrafos lançou selo comemorativo do evento.

Para o presidente do TCU, Valmir Campelo, a iniciativa mostrou o reconhecimento público, por parte do governo,

da importância da cultura para a elevação do grau de respeito do país perante outras nações.

Morto há dois anos, Marcantonio Vilaça era filho do ministro Marcos Vilaça, decano do TCU. Marcantonio era colecionador de artes plásticas e conceituado galerista. Para o presidente do Senado, ele foi “uma estrela, que explodiu deixando seu clarão, um jovem que dedicou toda sua vida à arte e morreu deixando um grande vazio”.

## Viagem de Lula resgata dívida brasileira com África, diz Viana

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), contestou as afirmações de opositores que criticaram viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África. Ele lembrou que 12 milhões de africanos foram trazidos para as Américas como escravos e que a viagem e os empréstimos anunciados ajudam a resgatar a dívida do país com essa população.

Conforme Viana, se os países mais desenvolvidos multiplicassem por quatro o comércio com a África, “a fome seria eli-



**Viana ressaltou que fome entre africanos pode ser eliminada**

minada daquele continente”. Ele observou que quase metade dos brasileiros é formada por afrodescendentes, motivo para o Brasil estreitar suas relações com aqueles países.

– É um equívoco afirmar que a viagem é um erro porque o comércio

entre o Brasil e os africanos seria insignificante. Basta lembrar que o Brasil exporta anualmente para Angola US\$ 179 milhões e compra apenas US\$ 4 milhões – disse.

## Errata

O projeto de lei da Câmara (PLC nº 16/03) que limita a aplicação de redutor sobre os saldos credores dos concessionários de energia elétrica na conta de resultados a compensar (CRC) ainda não foi sancionado pelo presidente da República conforme noticiaram a **Agência Senado** e o **Jornal do Senado** na edição de ontem.

A Subchefia de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República lembra que o prazo para sanção da matéria se estende até o próximo dia 21.

# Senado aprova quebra do monopólio de radioisótopo

Medida possibilita à medicina brasileira avanços no diagnóstico de doenças como câncer

Em votação unânime, por 62 votos favoráveis, o Senado aprovou, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que exclui do monopólio da União a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida curta para usos médicos, agrícolas e industriais. Esses materiais são utilizados como contraste em exames de imagem, entre eles a tomografia, para a identificação de tumores, disfunções metabólicas neurológicas e cardíacas. A matéria (PEC nº 7/03) já tinha sido aprovada, também por unanimidade, em primeiro turno.

Ao pedir o voto favorável à sua proposta (PEC nº 7/03), Bornhausen explicou que a medida poderá possibilitar à medicina nuclear brasileira grandes avanços no diagnóstico de doenças, entre elas o cân-



**CONTRASTE** Projeto de Bornhausen facilita realização de exames de imagem

cer. Ele informou que o próprio Conselho Nacional de Energia Nuclear (Cnen) encaminhou correspondência ao Ministério da Ciência e Tecnologia solicitando a flexibilização da produção de radioisótopos.

Já o senador Marco Maciel (PFL-PE) sugeriu que os centros produtores de radioisótopos (substâncias cuja radioatividade se estende por período extremamente curto) devem ser instalados nas proximidades das clínicas e hospitais onde eles serão utilizados. Ele também defendeu a cons-

trução de unidades produtoras em todo o país, para que a população das mais diversas localidades possa ter acesso às modernas tecnologias de diagnóstico por medicina nuclear.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) comentou que a aprovação da PEC trará maior tranquilidade para os médicos que trabalham com o diagnóstico de doenças, principalmente o câncer. Arthur Virgílio (PSDB-AM) opinou que a iniciativa reduzirá os custos de tratamentos sofisticados e significa um avanço tecnológico para o país. O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), recomendou o voto favorável à matéria e parabenizou seu autor.

Falando pelo bloco de apoio ao governo, Tião Viana (PT-AC) cumprimentou Bornhausen “pela sensibilidade que teve em dar ouvidos aos médicos que atuam com radioisótopos na área de diagnóstico”. José Agripino (PFL-RN) declarou que a aprovação da matéria salvará muitas vidas. Último a se posicionar sobre o tema, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) cumprimentou Bornhausen e também o relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE).

## Autorização para 183 varas federais

Vai a sanção presidencial o projeto do Executivo que cria 183 varas federais destinadas à interiorização da Justiça Federal de 1º grau e à implantação dos juizados especiais no país. As varas deverão ser implantadas até 2008, de forma gradativa, pelos Tribunais Regionais Federais. A matéria (PLC nº 80/03) foi aprovada ontem pelo Plenário.

Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a medida proporcionará mais rapidez e eficiência à Justiça. Tião Viana (PT-AC) considerou a matéria inquestionável e defendeu também a criação de mais tribunais regionais federais. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu a agilização dos tribunais regionais federais e assinalou que a criação das 183 varas servirá para descentralizar o Judiciário. Os senadores Augusto Botelho (PDT-RR) e José Agripino (PFL-RN) de-



**BENEFÍCIO** Ramez Tebet lembra que medida proporciona mais rapidez à Justiça

fenderam a aprovação da matéria.

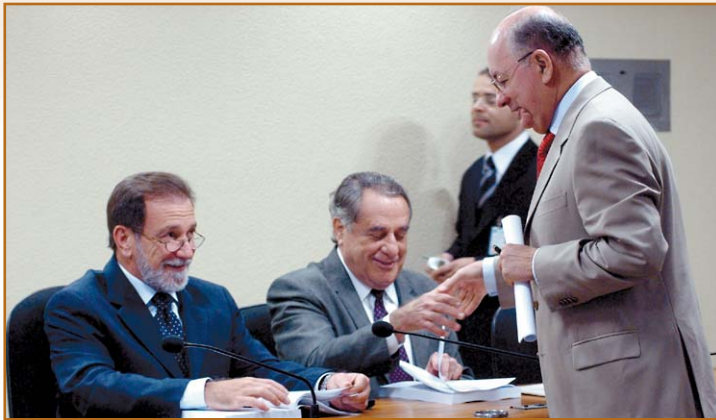
### Águas

O Plenário ainda aprovou, com 48 votos favoráveis, 1 contrário e 2 abstenções, o projeto que cria, no quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas (ANA), 239 cargos de especia-

lista em recursos hídricos, 27 de especialista em geoprocessamento e 84 de analista administrativo. O projeto (PLC nº 65/03) também cria cargos no quadro do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e trata da remuneração dos agentes penitenciários federais.

### Maculan

O Senado aprovou requerimento de pesar pela morte do ex-senador Nelson Maculan, ocorrida na manhã de ontem. Natural de Santana de Parnaíba (SP), Maculan ocupou cadeira no Senado, pelo Paraná, em fevereiro de 1960, com a morte do titular, Ablon de Sousa Naves. Em 1963 ele licenciou-se do cargo para assumir a presidência do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Em 1964, deixou o cargo e reassumiu suas funções de senador até o encerramento do mandato, em 1967.



Waldemir Rodrigues

## Educação quer debater transgênicos

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem requerimento de autoria do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) solicitando realização de audiência pública destinada a ouvir cientistas e pesquisadores da área de biotecnologia sobre os produtos transgênicos. A data ainda será marcada.

Para o senador, a reunião, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), servirá para que os membros das duas comissões permanentes tomem conhe-

cimento de argumentos técnicos e científicos, livres de enfoques apaixonados, a respeito das possíveis consequências do plantio e do consumo de transgênicos para a saúde humana e para o meio ambiente.

A comissão também aprovou em caráter terminativo projeto de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) determinando que o cupuaçu, natural da região amazônica, seja designado como fruta nacional (PLS nº 386/03).

**INFORMAÇÃO** Requerimento de Juvêncio (C) foi aprovado na reunião presidida por Osmar Dias

## Sérgio Guerra reclama verbas para a Sudene

Sérgio Guerra (PSDB-PE) pediu que o presidente Lula cumpra a sua promessa de recriar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), destinando à instituição os recursos necessários a projetos essenciais. Segundo ele, R\$ 1,2 bilhão deixou de ser incluído no orçamento da Sudene este ano.

Observando que o velho problema da seca assola



Roosevelt Pinheiro

**Sérgio Guerra observa que seca assola o Nordeste**

mais uma vez a região, o senador disse que é hora de os nordestinos e seus líderes abandonarem o discurso de que o Nordeste sofre de perseguição. Entretanto, é também chegado o momento de o governo adotar uma política séria para a região.

Alvaro Dias (PSDB-PR), Magno Malta (PL-ES) e Efraim Moraes (PFL-PB) apoiaram o discurso de Sérgio Guerra.

## Valadares ataca a lavagem de dinheiro

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu leis mais eficazes de combate à lavagem de dinheiro, registrando que projeto de lei de sua autoria altera a Lei da Lavagem de Dinheiro para facilitar a prisão dos criminosos. O projeto (PLS nº 209/03) já recebeu parecer favorável na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Roosevelt Pinheiro

**Valadares: projeto já foi aprovado pela CAE**

Segundo o senador, a proposta amplia a lista dos crimes que dão origem à lavagem de dinheiro, incluindo atos contra a ordem tributária, o financiamento do terrorismo, o tráfico de seres humanos e lenocínio, além da contravenção penal.

Romeu Tuma (PFL-SP) e Ney Suassuna (PMDB-PB) concordaram com Valadares.

# Comissão de Justiça aumenta as punições para violência doméstica

**Projeto de Demostenes Torres determina que pena por homicídio pode chegar a 30 anos**

Célio Azevedo



**EXPERIÊNCIA** Demostenes é ex-secretário de Segurança Pública de Goiás

Projeto do senador Demostenes Torres (PFL-GO) que aumenta a pena para os crimes relacionados à violência doméstica foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por unanimidade e em caráter terminativo. A matéria poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para sua análise em Plenário.

A proposição (PLS 54/03) aprovada acrescenta dispositivo ao Código Penal para considerar qualificada a figura do homicídio praticado contra as-

cedente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade. A pena de reclusão, hoje de seis a 20 anos, passa a ser de 12 a 30 anos.

O projeto acrescenta um outro dispositivo para aumentar a pena de detenção, dos atuais três meses a um ano, para a de

reclusão, variável de um a cinco anos, quando o crime de lesão corporal for causado com abuso das relações domésticas, de hospitalidade ou de parentesco, se o fato não constituir crime mais grave, como nas hipóteses já previstas no Código Penal. De acordo

com o projeto, essa pena será aplicada se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.

Demostenes disse que teve a idéia de apresentar o projeto devido à sua experiência como secretário de Segurança Públi-

ca de Goiás. Ele registrou que uma mulher é espancada a cada 15 minutos no Brasil e que hoje se gastam cerca de 10% do Produto Interno Bruto com violência doméstica – incluídos, nessa despesa, a perda de vida útil da mulher, gastos do Sistema Único de Saúde (SUS), falta ao trabalho, diminuição da produtividade e gastos com a Justiça.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), elogiou a iniciativa de Demostenes. “Temos assistido a uma escalada inadmissível da violência, sobretudo dos maridos em relação às suas esposas ou companheiras”, registrou. Também apoiaram a proposição os senadores Magno Malta (PL-ES), Jefferson Péres (PDT-AM), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ), relator da matéria.

## OBRAS RARAS

### Senado faz parceria com UnB para restauração

O presidente do Senado, José Sarney, abriu na manhã de ontem – Dia da Cultura – a exposição “Documentos Históricos e Livros Raros”, na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, montada para marcar a assinatura de convênio com a Universidade de Brasília (UnB) para restauração e conservação das obras raras do Senado. O senador disse que a iniciativa da parceria vai permitir a manutenção e a guarda de obras que são essenciais para a preserva-

ção da cultura nacional.

Sarney foi presenteado com o livro *De como todas as histórias do mundo podem escapar do monstro do esquecimento*, de Celina Cavalcante, Eliana Lobo e Emiliana Brandão, especialistas em restauração e conservação de obras raras.

A cerimônia contou com a participação do 1º secretário, Romeu Tuma (PFL-SP); do diretor-geral do Senado, Agaciela da Silva Maia; do vice-reitor da Universidade do Legislativo



José Cruz

**CERIMÔNIA** Sarney abriu exposição que poderá ser visitada até o dia 14 no hall de entrada da biblioteca do Senado

(Unilegis), Heitor Gurgulino; do reitor da UnB, Lauro Mohry; e do governador do Ceará, Lúcio Alcântara (PSDB).

A exposição, com textos sobre

a história da escrita e de livros raros e documentos históricos, está no hall de entrada da biblioteca e pode ser visitada até o dia 14 deste mês, das 9h às 18h.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma